



Jaqueline Bória Fernandez, Engenheira

Doutora pela Universidade de São Paulo (USP)

1ª colocada no Concurso Público nº 268/2017 da Unifesp.

TEMA: Saneamento Ambiental e Gestão de Riscos Urbanos

Resultado homologado pelo Conselho Universitário no dia 13/12/2017.

Pode se apresentar brevemente, contando sua trajetória acadêmica e profissional?

Sou Brasileira, natural de São José dos Campos/SP e Engenheira de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Durante a graduação, a partir da disciplina denominada “Materiais e Ambiente”, despertei o interesse para me aprofundar nas questões ambientais, buscando outras disciplinas relacionadas. Trabalhei com educação ambiental voltada à minimização de resíduos, direcionada à formação de professores. A opção pela pós-graduação foi estimulada pela vontade de ter continuidade no aprendizado e, em 2003, obtive o título de Mestre em Engenharia Urbana, pela UFSCar. A Engenharia Urbana trouxe muitas oportunidades e um novo olhar sobre os problemas urbanos/ambientais presente nas cidades. Nesse período, também obtive o título de Especialista em “Educação Ambiental e Recursos Hídricos: Perspectivas para o século XXI”, pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) da Universidade de São Paulo (USP). Durante os anos de 2003 e 2004, trabalhei no projeto de aplicação da primeira metodologia de avaliação dos empreendimentos do programa Pró-Saneamento, financiados pelos recursos do FGTS, junto ao Departamento de Arquitetura da USP de São Carlos. Essa experiência possibilitou o contato mais direto com a seleção e aplicação de indicadores. Esse trabalho também

foi importante para sanar a deficiência em metodologias de avaliação de políticas públicas na área de saneamento. Em 2008, finalizei o doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, na EESC/USP. Meu enfoque na carreira acadêmica sempre foi o de produzir informações para subsidiar melhorias em gestão ambiental e na formulação de políticas públicas. A carreira docente teve início em 2005, junto ao ensino na Engenharia Ambiental, sempre nas primeiras turmas do curso. Entre os anos de 2011 a 2016 atuei como Coordenadora do Curso de Engenharia Ambiental. Essa experiência proporcionou a familiaridade com os anseios e temores dos alunos desse curso, que é relativamente novo em nosso país.

Como você se interessou em ser professora no Campus Zona Leste da Unifesp e o que vê de potencial no Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades?

Ao ler a Proposta Política Pedagógica do Instituto das Cidades pensei: “É nisso que acredito”. A meu ver, as cidades devem ser pensadas de forma sistêmica e o conceito de meio ambiente sempre deve conter o entendimento da inter-relação entre ambiente natural, ambiente construído e relações sociais. Ao me identificar com a proposta inovadora do Instituto das Cidades, ao mesmo tempo, me identifiquei com o desafio da sua implantação e consolidação. O Instituto das Cidades busca oferecer, durante a formação acadêmica dos seus alunos, a contextualização dos conteúdos teóricos frente à realidade local. Para tal, é indissociável a relação entre ensino, pesquisa e extensão. Essa proposta, é um contínuo estímulo ao desenvolvimento de conteúdos novos, tanto para os acadêmicos como para os docentes, pela constante vivência em espaços de trocas com a população no entorno.

Em linhas gerais, qual a proposta de ensino, pesquisa e extensão que você apresentou no concurso? No que ela poderá colaborar com o Instituto e com a Zona Leste?

O projeto que propus parte da minha formação acadêmica e atividades profissionais já desenvolvidas, de modo a tornar as ações propostas factíveis, buscando benefícios tanto para o contexto acadêmico quanto para melhorias nas condições urbanas/ambientais no entorno no Campus. Assim, o projeto busca subsidiar a gestão de recursos hídricos a partir do conhecimento das atividades de uso e ocupação do solo na microbacia do Rio Jacu, onde está localizado o campus da UNIFESP Zona Leste. De modo geral, as alterações do uso e ocupação do solo interferem nas condições ambientais e de qualidade dos recursos hídricos. Como consequência, a degradação qualitativa e a quantitativa das águas afeta diretamente a população, serviços públicos e as atividades econômicas. Desse modo, a proposta central do projeto é avaliar a vulnerabilidade da bacia hidrográfica. Assim, a pesquisa tem por objetivo desenvolver uma metodologia de avaliação da vulnerabilidade ambiental na microbacia do Córrego

Jacu, a partir da seleção de um conjunto de indicadores ambientais, sendo esses usados para medir a exposição, sensibilidade e capacidade de respostas do local. Espera-se que essa avaliação identifique as demandas locais, e assim, possa subsidiar estratégias para a elaboração de medidas de adaptação aplicadas à gestão do território e das águas, e para a formulação de políticas públicas.

Temos agora um enorme desafio de continuar a implantação desse Campus num contexto adverso à expansão da universidade pública. Como vê essa situação e como podemos fazer frente à ela?

O desafio é grande. Contudo, a equipe envolvida nessa proposta está altamente determinada na consolidação do Instituto das Cidades e, conseqüentemente, em todos os benefícios que trará para a Zona Leste. Soma-se a isso, de forma positiva, toda a expectativa e o apoio da sociedade local que, certamente, reforça a necessidade da implantação do Campus. Essa aliança, e muitas outras que virão, destacam o papel social da universidade, que é, desde sempre, a essência de uma universidade pública. A atuação dos profissionais egressos do Instituto das Cidades, com a visão sistêmica dos sistemas urbanos/ambientais, não estará restrita ao contexto local. Esses profissionais poderão atuar nas diversas regiões do país, levando à prática dos conceitos de melhorias e humanização das cidades a outros contextos. Infelizmente, a realidade do país mostra uma tendência à banalização do ensino de forma geral, com a desvalorização dos professores e demais trabalhadores. Vivemos também hoje um cenário com grandes restrições à manutenção de instituições públicas de ensino. Contudo, os benefícios sociais são inúmeros, e nesse entendimento, espera-se que sejam garantidos os recursos para a implantação do novo campus. Os desafios são diversos, porém, esse processo histórico será rico em aprendizado, e o perfil de atuação profissional dos alunos egressos será o grande argumento para justificar a necessidade da implantação do Instituto das Cidades.